



Ata da 17ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM (COGEP)

1. DATA E LOCAL	
Data: 18 a 20 de Setembro de 2019	Local: Salvador - BA
2. PARTICIPANTES	
<p>Representantes dos Municípios: (Aparecida de Goiânia-GO) Carla Aguiar de Lima e Floriano Carlos Batista; (Aracaju-SE) Cleber Batista do Nascimento Vieira, Márcio Sobral Porto e Marcos Trindade de Jesus; (Balneário Camboriú) Valmor Alberto Dalago Neto; (Campo Grande-MS) Ana Carolina da Silva, Artur José dos Santos Júnior e Grace Kelly Damaceno Borges; (Fortaleza-CE) Edlene Valente Benevides, Francisco de Assis Pinto Falcão e Lícia Maria Viana Bezerra; (Manaus-AM) Fátima Gusmão Affonso; (Passagem Franca-MA) Helder Silva Cavalcante Lopes, Hudson Espedito Soares Feitosa, Léia Santos Costa e Leyla Andrea Sabá de Torres Pereira; (Porto Alegre-RS) Davi Correa de Oliveira e João Luis Linde; (Rio de Janeiro-RJ) Eduardo da Cunha Vianna e Rose Mary Marianna dos Santos Mota; (Salvador-BA) Ana Carolina Lins de Castro, André Luiz Fonseca Menezes, Fernando Jorge Barreto Miranda, Marcele Isaac de Barros, Nadja Gomes Lima e Nolair Dias dos Santos; (São Bernardo do Campo-SP) Hélio de Matos Correa Júnior, Pedro Antonio Aguiar Pinheiro e Maria Lúcia Bomfim de Souza Oliveira; (São Paulo-SP) Fábio Fukayama e Felipe Toledo Bittar; (Teresina-PI) Alexandre Wilson Castelo Branco Couto de Sousa, Eduardo Andrade Speeden e Mireille e Silva Palha Dias; (Uberaba-MG) Márcio Adriano Oliveira Barros.</p> <p>Representantes da UCP/SE-MF: (Coordenador Geral do PNAFM) Luiz Alberto de Almeida Palmeira, (Coordenador Técnico) Josenilson Torres Veras, (Coordenador Financeiro) Helder Lara Ferreira Filho e (Coordenadora Administrativa) Wilza Toscano de Almeida.</p> <p>Representantes da Caixa Econômica Federal: (DF-Matriz) Ana Carolina de Carvalho, (GIGOV-BA) Maria Helena Pamponet Martinez e Rosana Cunha de Sena.</p>	
3. DIA 18/09/2019	
<p>Esta Ata registra o trabalho desenvolvido na 17ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM, cuja abertura teve início com a saudação dos integrantes da mesa de autoridades.</p> <p>A prefeitura de Salvador realizou a primeira apresentação sobre seu Cadastro Multifinalitário. O software usado gerou ortofotos e várias secretarias usarão este cadastro transformando dados analógicos em digitais. O último recadastramento imobiliário foi feito em 2017 por internet e o atual já detectou 110 mil imóveis sem CPF ou CNPJ cadastrados. Os recursos do PNAFM serão usados para a base de cadastramento.</p> <p>Dilson Tanajura, Coordenador de Cadastros da Prefeitura de Salvador mostrou como as parcerias com a EMBASA, a CONDER, os Correios, a BAHIA GAS, a SPU e a Coelba ajudam a enriquecer o cadastro mobiliário já que o grande unificador de dados é o endereço do imóvel, o logradouro e o número do imóvel. Dilson comentou que o IPTU não é explorado ao máximo e deu como exemplo a COELBA que tem um milhão de cadastros e o cadastro do IPTU só tem 800 mil.</p> <p>Salvador vai padronizar definitivamente o endereço métrico com emplacamento dos logradouros e imóveis. Será feito através das fotos da cartografia evitando a ida <i>in loco</i> para evitar gastos, aproveitando o máximo possível os números atuais. O projeto deve durar 4 anos e ele ressaltou a importância de criar legislação que ampare a mudança, divulgar e notificar os contribuintes.</p> <p>Luiz questionou se a mudança de prefeito pode causar descontinuidade e Dilson e Nolair comentaram que a SEFAZ/Salvador não sofre com mudança de prefeito pois seus integrantes são de carreira e todos os projetos são inseridos no PPA e no Planejamento Estratégico.</p> <p>Nolair perguntou se o PNAFM aceita Parceira Público Privada (PPP) e Luiz disse que pode ser apresentada uma proposta de partilha da fonte dos recursos e submetida à aprovação do BID.</p> <p>A segunda apresentação foi um Painel sobre IPTU iniciado com o Auditor Fiscal do Município de Salvador Gelson Oliveira que ressaltou a importância do IPTU como o imposto que mais tem afinidade com as cidades pois é a principal fonte de aumento de recursos próprios dos municípios.</p>	



Ata da 17ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM (COGEP)

Os dois pilares do IPTU são o cadastro e a planta genérica de valores. O imóvel demonstra a capacidade de patrimônio do proprietário e sua capacidade de pagar impostos.

Gilson afirmou que não há sonegação do IPTU porque os dados estão com o governo e que este imposto não provoca guerra fiscal entre os municípios. Sua arrecadação é estável e previsível e o sistema de lançamento é simples. Gilson também disse que o ideal seria usar os indicadores do mercado imobiliário para reajustes e que toda atualização deve primeiramente mostrar à população onde serão aplicados os recursos para evitar retaliação e judicialização.

O maior obstáculo ao incremento do IPTU é a Súmula nº 160 que diz que o município só pode aumentar este imposto mediante lei aprovada pela Câmara.

Davi Oliveira da UEM Porto Alegre apresentou boas práticas para tributação imobiliária, comentando que houve uma evolução da arrecadação de 2011 para 2019 de 53% de aumento.

A planta genérica de valores de Porto Alegre foi judicializada e que haveria 300 milhões arrecadados a mais se passasse pela Câmara.

A revisão dos imóveis foi feita por foto e *in loco*.

João Linde da UEM Porto Alegre citou que o uso de robôs para checagem nas funerárias de óbito de pessoas com isenção de pagamento de IPTU resultou no cadastramento de mais de 2 mil imóveis anteriormente isentos.

Após o encerramento do Painel Luiz ressaltou que, após as apresentações, ficou latente a importância do IPTU dentro de uma prefeitura e que ratifica o empenho e compromisso do programa PNAFM em manter ações em prol da contínua melhoria da gestão deste imposto.

4. DIA 19/09/2019

O segundo dia da reunião começou com Helder da UCP falando sobre o treinamento ocorrido em SP, com feedback de alguns participantes: Eduardo de Teresina, Lúcia de SBC e Edlene de Fortaleza. Ele comentou da impossibilidade de se criar um ambiente de treinamento devido aos altos custos.

Josenilson da UCP informou que solicitou ao SERPRO que melhorasse a capacidade do ambiente de homologação do SEEMP e que o acesso está aberto às UEM para uso experimental.

Edlene solicitou que o SEEMP produção salve os campos obrigatórios no contrato, telefone, email da empresa, evitando a perda de dados e Helder informou que o sistema permite edição.

Josenilson explicou que o SEEMP trabalha com perfis e segregação de funções, então só o coordenador geral pode colocar o projeto em revisão. Rose pediu que sejam encaminhadas as funções de cada integrante da UEM. Helder explicou que todas as funções de cada coordenador estão no ROP/MOP mas os presentes pediram para colocar na cartilha. Ele também informou que está sendo aprimorada uma cartilha com o passo-a-passo do módulo financeiro do SEEMP.

Luiz pediu que o perfil substituto não entre na contagem de perfis já que o SEEMP só permite dois perfis por usuário. Ele disse que a segregação das funções é importante para evitar fraudes e desvio de conduta e que o desempenho da função de substituto anula as atribuições do perfil titular. Márcio de Aracaju sugeriu que seja colocado o período de substituição até para fins de auditoria.

Na sequência, Ana Carolina Carvalho, Gerente Executiva, apresentou a estrutura da Caixa: filiais de governo, Superintendências e 78 GIGOV para atender municípios e estados. Ela informou que a GECON contratou as GIGOV para atendimento do Finisa, Ilumina, BNDES (pró-segurança) e PNAFM. Já são 17 anos de parceria onde a Caixa presta serviços e orienta municípios, cobra juros, transfere recursos, analisa pedidos de desembolso e justificativa de gastos, paga fornecedores, emite relatórios gerenciais.

Os desafios enfrentados pela Caixa são vários, dentre eles: processo antigo em papel mudando para informatização via SEEMP; municípios treinados e GIGOV não treinadas.

A Caixa com a parceria da UCP montou uma cartilha que foi distribuída às GIGOV e na vídeo conferência foi solicitado que todas pedissem acesso ao SEEMP.



Ata da 17ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM (COGEP)

Ana orientou aos presentes que encaminhem seus pedidos para a GECON tendo em vista que as necessidades do município não chegam à Brasília e informou que cuidará da melhoria de processos, na amortização dos juros e nos relatórios. Ela prometeu que serão fornecidos mais relatórios, com link diretos e colhidos feedbacks das prefeituras. Além disso, como 3 ou 4 GIGOV estão mais adiantadas em relação ao SEEMP, elas atuarão como multiplicadoras.

Ana Carolina informou que haverá uma reunião entre a UCP e a Caixa em Brasília para elucidação de dúvidas. Lúcia de SBC comentou que apesar da GIGOV/SBC ter recebido a cartilha, não está apta. Ela pediu que cada vez que houver reunião do COGEP ou treinamento, que as GIGOV participem. Edlene de Fortaleza ressaltou que na fase 1 do PNAFM a GIGOV sempre participava dos treinamentos.

Ana Carolina solicitou um treinamento do SEEMP específico para as GIGOV a ser ministrado pela UCP. Helio que tem falado com Presidente Prudente e com SBC percebe que não há um entendimento único sobre o PNAFM. Ele sugeriu que haja uma divulgação interna na Caixa.

Ana comentou que com a reestruturação da Caixa ela partiu do pressuposto de que todos já conheciam o programa mas isso não ocorreu.

Fátima de Manaus informou que houve uma demora de mais de 45 dias para efetuar um pagamento e os fornecedores não receberam apesar de todo o processo ter sido feito pelo SEEMP. Houve várias reuniões com a UCP via online mas a Caixa não resolveu e não deu o apoio devido.

Ana Carolina disse que o pagamento de fornecedores tem que ser analisado minuciosamente, se tudo está certo e previsto no plano de aquisições, parte nevrálgica das aquisições. Se a GIGOV não se sente segura e confortável, eles não fazem o pagamento.

Rose do RJ disse que a GIGOV Rio tem acesso ao SEEMP mas não sabe operá-lo e por isso ainda operam com documentação em papel. Rose perguntou se o SIAPM vai continuar funcionando. Helder ressaltou que o SIAPM é um reflexo do sistema SIAPF. Ana comentou que o SIAPF é um sistema bom, gigante, para usuários externos e que é preciso ter essa base de comparação.

Ana Carolina mandará 3 GIGOV mais desenvolvidas visitarem outras GIGOV que estão com dificuldade. Josenilson sugeriu que as UEM convidem as GIGOV para conhecer o fluxo de trabalho do PNAFM com o SEEMP.

Luiz ressaltou a boa convivência entre a Caixa e o Ministério. Lembrou que como só teremos 10 meses para execução dos projetos até o início do período eleitoral em 2020, torna-se necessário agilizar os procedimentos de execução no âmbito das UEM's, bem como, uma aproximação com a GIGOV para explicar as rotinas do programa, socializando o conhecimento. Que seja determinada uma linha de ação junto à CAIXA pois não podemos perder a credibilidade junto aos fornecedores com atrasos de pagamento. Luiz comentou sobre alguns problemas de desembolso relatados pelos municípios, como por exemplo Salvador que pediu uma antecipação de recursos desde agosto e ainda não recebeu os recursos. Luiz falou do prejuízo causado ao município quando há um atraso na liberação do desembolso devido à variação do dólar.

Nolair disse que é desgastante pois o prefeito faz questão de pagar em dia. Na Bahia, só Salvador assinou PNAFM mas não é prioridade para a Caixa.

Luiz também disse que a UCP não sabia que as GIGOV não estão mais subordinadas à GECON. Ele pediu que seja montada uma rotina de trabalho através de uma reunião GIGOV-UEM porque o volume de execução vai aumentar muito. Ana Carolina disse que a não vinculação GECON-GIGOV pode ocasionar problemas para todos os produtos e não só para o PNAFM.

Luiz solicitou, em caráter excepcional, que quando uma UEM pedir reembolso ou emitir um pagamento, avise a UCP por email através da caixa institucional (ucp.df@fazenda.gov.br).

Luiz sugeriu que a Caixa Matriz concorde com a aproximação entre as GIGOV e as UEM, lembrando que o contrato com a Caixa é remunerado. Pediu que a cartilha também seja distribuída para as UEM e que se verifique se podemos fazer o treinamento vídeo conferência na Universidade Caixa.



Ata da 17ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM (COGEP)

Luiz pediu que sejam uniformizadas as orientações da Caixa Matriz Brasília para as pontas nos municípios. Márcio de Aracaju sugeriu a criação de um grupo de Whatsapp para as GIGOV se ajudarem nos mesmos moldes do grupo COGEP.

Falcão de Fortaleza perguntou se há alguma divulgação do PNAFM dentro da Caixa. Ana Carolina disse que não pois o PNAFM não é um programa de balcão e pode criar frustração para o município que não conseguir contratar. Ela comentou que passou um material para divulgação mas foi vetado estando apenas no site da Caixa e que na próxima fase do programa poderá ser feita divulgação.

Helder da UCP explicou como fazer o pagamento em etapas no sistema SEEMP, cadastrando o insumo com a quantidade 1 e assinalando parcelamento, o qual é feito ao longo da execução do projeto. Ele também explicou a sistemática das diárias dentro do projeto, pois a aquisição de passagens e diárias pode ser dividida. Eduardo do Rio perguntou se pode alterar insumos já cadastrados, Eduardo de Teresina perguntou se ainda pode inserir no projeto e Helder respondeu que ambos podem através de revisão de projeto, associados ao produto “Modernização da UEM” ou “Capacitação”.

Josenilson esclareceu que a UCP tenta manter o projeto o mais fiel possível aos objetivos do PNAFM, com pontuação adequada, por isso recomendou aos municípios que façam revisões formais mais completas e não só para um item específico. Helder informou que há no site da UCP um modelo de planejamento estratégico mais simplificado para revisões.

Helder também lembrou às UEM que todas as operações da parte orçamentária, informações financeiras, AP, etc. que foram feitas manualmente têm que ser inseridas no SEEMP e que despesas com passagens podem retroagir até a data da aprovação do projeto pela UCP e usadas como reconhecimento de contrapartida.

Josenilson mostrou brevemente a apresentação que foi feita no treinamento sobre monitoramento em Brasília e esclareceu que o monitoramento dos projetos municipais é realizado por meio de visitas técnicas, reuniões do COGEP e pelo SEEMP. Já o monitoramento do programa PNAFM é feito pela UCP por intermédio do Relatório Semestral de Progresso, do POA (plano operacional) e do PCR. A ideia é que ano a ano se vá preenchendo o PCR parcial para no final do projeto o trabalho ser facilitado. Josenilson disse que mandará o modelo de PCR e a planilha.

Josenilson e Luiz falaram sobre as atribuições do assistente de monitoramento.

Luiz falou que é preciso que a UEM seja reconhecida no papel de coordenação do Projeto PNAFM no âmbito da prefeitura. Ele pediu que os coordenadores gerais façam articulação estratégica com a UCP e com a Caixa, reclamem e cobrem o que é de direito do município e divulguem o que está sendo feito no âmbito da prefeitura. Nolair recomendou que a articulação seja feita com as autoridades maiores da prefeitura, com a UCP e com a Caixa.

Luiz comentou que os papéis dos coordenadores das UEM estão bem definidos no MOP e que dentro do PNAFM há o arranjo institucional onde os atores têm que trabalhar antenados: UEM e UCP com apoio da Caixa e do BID.

Nolair comentou que em Salvador quando se abre um projeto tem que passar pela UEM para aprovação.

Márcio de Aracaju faz reuniões periódicas com o grupo da UEM onde alguns membros são da Secretaria de Planejamento e outros da Equipe de Licitação. Além disso, mostra às diretorias onde tem recursos aplicados a importância de valorizar a equipe e sua responsabilidade.

Luiz comentou e elogiou a ação feita por Aracaju com um vídeo publicado no site da prefeitura com entrevistas feitas na 16ª Reunião do COGEP em São Paulo.

Falcão de Fortaleza relatou que em reuniões com os secretários que recebem os recursos para projetos é apresentada a UEM e entregue um sumário executivo enxuto sobre o PNAFM. Lícia também veicula notícias com fotos mostrando participação na COGEP. Luiz lembrou que Falcão participou em Washington da reunião do BID e que mostrou o vídeo institucional de Fortaleza e que isso deu prestígio ao programa e à UEM.

Luiz ressaltou a importância do sucesso dos projetos municipais para que no consolidado o Programa possa



Ata da 17ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM (COGEP)

apresentar resultados promissores para a gestão fiscal municipal.

Nolair de Salvador solicitou um repositório onde possa ser colocada documentação como Termos de Referência e minutas. Marcele de Salvador sugeriu criar uma conta de email no Google Drive ou no Gmail, com acesso a todos os municípios.

Falando sobre capacitação, Luiz ressaltou que o treinamento financeiro foi planejado conforme o nível de execução de cada projeto diferentemente do treinamento de monitoramento que foi aberto a todos os municípios. Lúcia de SBC pediu treinamento sobre indicadores e Eduardo de Teresina sobre regras BID para aquisição. Luiz ressaltou que usando regras internacionais se pode qualificar melhor a aquisição e se obter melhores resultados. Por isso, haverá treinamento e difusão das regras de aquisição do BID, para o qual poderão ser convidados servidores diretamente envolvidos nas aquisições (procuradores e servidores da tesouraria).

Além desse treinamento será dado outro sobre o SEEMP e sobre os trâmites financeiros do PNAFM para aqueles municípios que ainda não foram treinados.

Luiz falou sobre os reflexos do período eleitoral na execução do PNAFM III, comentando sobre a Lei nº 9504/97 que cita as condutas vetadas aos agentes públicos. Ele comentou que as eleições municipais serão no dia 04/10/2020 e caso haja 2º turno, será em 25/10/2020. Lembrou que a Procuradoria Municipal deve orientar em relação à publicidade, documentos e uso de logomarcas.

Luiz falou que a partir de 04/07/2020 estão proibidas as transferências voluntárias de recursos da União aos Estados e Municípios e que por força da Súmula Vinculante da AGU que tem força de Decreto, o PNAFM é considerado como transferência voluntária. Luiz sugeriu que a UEM fale com as Secretarias executantes sobre a importância do Projeto, inclusive, demonstrando as licitações em andamento e os resultados esperados, objetivando evitar descontinuidade. Frisou ainda, a importância de se apresentar o PNAFM ao novo Prefeito. Se for necessário, que peçam ajuda institucional à UCP.

Luiz lembrou aos presentes que o prazo de execução do PNAFM III é pequeno e portanto não pode haver interrupção do programa caso haja mudança de Prefeito. Por este motivo, ele sugeriu que em dezembro sejam checadas as programações (execução de 2020 e despesas já contratadas para 2021) e solicitados os desembolsos para mitigar riscos e evitar sanções da LRF.

A UCP checará com o BID qual o prazo para o último desembolso.

Helder iniciou sua palestra mostrando a situação geral dos municípios, a receita de participações e a despesa com pessoal. Falando sobre monitoramento ressaltou que além do PNAFM também devem ser monitorados os resultados da gestão fiscal municipal, buscando o aumento da receita própria do município e o fim da dependência das transferências federais. Outro objetivo a ser perseguido é o aprimoramento dos serviços públicos para os contribuintes.

Falando sobre IPTU, Helder mostrou um gráfico com a receita do IPTU que cresceu de 2013 a 2018 enquanto o PIB e o ISS caíram. Citou o exemplo da Colômbia onde o aumento do IPTU é comunicado à população dizendo-se onde os investimentos serão feitos com os recursos gerados, o que tende a reduzir a resistência da população a aumentos no IPTU.

Falando sobre indicadores para medir produtos, Helder citou *“tempo de atendimento”, “implantação de software para redução de tempo de atendimento”, “capacitação fiscal”*.

Ele citou indicadores FIRJAN: *receita própria, gastos com pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida*.

Helder solicitou que os municípios peçam antecipação dos recursos, via seemp, e que cadastrem as AP pois até 31/12/2019 a UCP tem que preparar uma Justificativa de Gastos. A antecipação visa evitar problemas com o orçamento, dentre outros, para que a execução do programa não seja prejudicada.

Luiz falou sobre o regimento do COGEP que instituiu reuniões trimestrais. No entanto, como haverá capacitação e alguns municípios estão com o orçamento reduzido, ficou decidido que só haverá reunião em Março de 2020, possivelmente em Porto Alegre.



Ata da 17ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM (COGEP)

Luiz também falou que todo projeto deveria ter insumos/produtos destinados à governança do Projeto pela UEM, podendo até ser um produto obrigatório. Tais recursos poderiam ser alocados para as reuniões do COGEP, visitas técnicas e treinamentos. Davi de Porto Alegre comentou que é possível pedir reembolso dos gastos com passagens e diárias e pode servir como contrapartida. A UCP enviará uma orientação sobre a inserção da capacitação no projeto municipal, objetivando a disponibilidade de recursos para as reuniões do COGEP, visitas técnicas e treinamentos.

Edlene lembrou que no contrato há uma cláusula que diz da necessidade de participar das reuniões e Falcao cita o PNAFM como fonte dos recursos nas autorizações de viagem.

A UCP veiculará uma orientação sobre o tema, ressaltando a importância da UEM ser composta por servidores efetivos, facilitando a preparação e o acompanhamento dos projetos municipais.

5. DIA 20/09/2019

O último dia foi utilizado para elucidação de dúvidas sobre todos os assuntos tratados nos três dias de reunião. Luiz agradeceu à equipe da UEM Salvador, em especial à Nolair e Marcele, e após os agradecimentos foi encerrada a reunião.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

1. Que o SEEMP produção salve os campos obrigatórios no contrato, telefone, email da empresa, evitando a perda de dados.
2. Que sejam encaminhadas as atribuições dos perfis do SEEMP.
3. Que o perfil substituto não entre na contagem de perfis já que o SEEMP só permite dois perfis por usuário.
4. Que seja colocado o período de substituição nos perfis no SEEMP para fins de auditoria.
5. Que seja realizado um treinamento do SEEMP específico para as GIGOV.
6. Que haja uma divulgação interna na Caixa sobre o PNAFM.
7. Que as UEM convidem as GIGOV para conhecer o fluxo de trabalho do PNAFM com o SEEMP.
8. Que seja determinada uma linha de ação para os pagamentos para que não se perca a credibilidade junto aos fornecedores por motivo de atrasos.
9. Que seja montada uma rotina de trabalho através de uma reunião GIGOV-UEM para fazer face ao aumento do volume de execução, estreitando-se o relacionamento.
10. Que a Caixa distribua as cartilhas também para as UEM.
11. Que se verifique se podemos fazer o treinamento vídeo conferência na Universidade Caixa.
12. Que sejam uniformizadas as orientações da Caixa Matriz Brasília para as pontas nos municípios.
13. Que seja criado um grupo de WhatsApp para as GIGOV se ajudarem nos mesmos moldes do grupo COGEP.
14. Que os Coordenadores Gerais das UEM façam articulação estratégica com a UCP e com a GIGOV, reclamem e cobrem o que é de direito do município, divulgando o que está sendo feito no âmbito da prefeitura.
15. Que seja criado um repositório para documentação (Termos de Referência, minutas, etc.). Que seja avaliada a criação de uma conta de email no Google Drive ou no Gmail, com acesso a todos os municípios, para ser esse repositório.
16. Que haja treinamento sobre indicadores e sobre as regras do BID para aquisição (convidar servidores diretamente envolvidos nas aquisições: procuradores e servidores da tesouraria).
17. Que haja treinamento sobre o SEEMP e sobre os trâmites financeiros do PNAFM para aqueles municípios que ainda não foram treinados.
18. Que os municípios avaliem solicitar a antecipação dos recursos, via SEEMP, e cadastrem as AP. Motivos: feitura da JG até 31/12/2019, período eleitoral e a não interrupção da execução do programa.



Ata da 17ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM (COGEP)

COMPROMISSOS ASSUMIDOS NA REUNIÃO:

1. Participação das GIGOV em toda reunião do COGEP e treinamentos.
2. A Caixa otimizará o fluxo do processo de desembolso e de pagamento.
3. Em caráter excepcional, as UEM enviarão email à UCP (ucp.df@fazenda.gov.br) comunicando pedido de desembolso ou emissão de pagamento.
4. Envio do modelo de PCR e da planilha para as UEM.
5. Envio de orientação às UEM sobre a inserção da capacitação no projeto municipal, objetivando a disponibilidade de recursos para as reuniões do COGEP, visitas técnicas e treinamentos.
6. Envio de Ofício aos Prefeitos/Secretários ressaltando a importância da UEM ser composta por servidores efetivos, facilitando a preparação e o acompanhamento dos projetos municipais.